



PESQUISADORES REAGEM A ATAQUES AO INPE

Páginas 4 e 5

FUTURE-SE, FUTURE-SE & DESEDUQUE-SE

Documentos alertam para riscos de projeto do MEC

LEVANTAMENTO EXCLUSIVO REALIZADO PELO JORNAL DA ADUFRJ mostra que 32 universidades e institutos federais de seis estados brasileiros prepararam documentos sobre o Future-se com críticas severas ao projeto do governo Bolsonaro. Todos os textos consideram o plano perigosamente vago, alertam para o risco de perda de autonomia na gestão administrativa e política das instituições e questionam a pressa do MEC em preparar um novo modelo de financiamento do ensino superior sem consulta prévia à comunidade acadêmica. Há uma preocupação geral com a falta de alternativas para a dramática realidade orçamentária atual dos campi. Parecer da Procuradoria-Geral da UFRJ alerta que a proposta é por adesão, “o que significa que o MEC apresentará uma proposta fechada, sem condições de customização para o respectivo aceite por parte da Universidade”. A UFRJ discutirá o tema no Consuni do dia 8. **Páginas 3 e 4**



DEFENDA-SE

PARTICIPE DA ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES

DATA: 01/08. HORA: 13H30. PAUTA: 1. Informes > 2. Discussão do projeto Future-se > 3. Participação no ato em defesa da previdência social, no dia 06/08 > 4. Paralisação no dia 13/08, e participação no grande ato em defesa da educação. > 5. Participação na Marcha das Margaridas, em 14/08 **LOCAIS: FUNDÃO** - auditório PANGEA, no CCMN. **PRAIA VERMELHA** - auditório Manoel Maurício no CFCH e em **MACAÉ** (local a ser definido nos próximos dias).



EDITORIAL

ENTRE O FOLCLÓRICO E O MUITO SÉRIO

DIRETORIA DA ADFURJ

O governo Bolsonaro cultiva a aparência de um ardiloso hibridismo. Investe contra a liberdade de expressão, achincalha manifestações culturais, enaltece feitos da ditadura, ao mesmo tempo em que patrocina proposições ultra liberais de total mercantilização da sociedade brasileira. A ala de sacras goiabeiras e guarda-chuvas cantantes – que reaviva um conservadorismo retrógrado que muitos julgavam superados – parece contrastar com o modernoso repertório de propostas destinadas a facilitar a vida da chamada livre iniciativa.

Explicações para essa suposta (ou falsa) ambiguidade não faltam. Desde as recorrentes teorias conspiratórias que sempre descobrem diabólicas intenções às que atribuem total estupidez a Bolsonaro e sua equipe, passando pelas que constata a ausência de rumos e objetivos no horizonte governamental. Todas têm um pouco de razão.

Pragmaticamente, porém, pode-se observar que há, de fato, uma aliança entre a folclórica atitude de defender o país da ameaça da globalização comunista e o propósito, sério, de substituir o Estado brasileiro pelo mercado. E também pragmaticamente pode-se observar que tal proeza tem alguns resultados exitosos.

Um deles seria fornecer munição adicional para a consecução da meta de extermínio do PT. Recentemente, conhecida colunista de um grande jornal foi vítima da agressiva verbosidade bolsonariana. Logo, colegas seus, denunciando a intolerância injustificada, a compararam ao ataque praticado por petistas contra a mesma pessoa, num voo de Brasília para o Rio em 2017. Não é a primeira vez que essa tática é utilizada.

Outro resultado: o sutil esvaziamento da esquerda e de sua capacidade de oposição. Contra a pirotecnia do atraso se colocam jovens parlamentares integrantes de partidos de centro-esquerda e jornalistas que assinam colunas em jornais de grande circulação, por exemplo, que passam uma imagem, respaldada em críticas e apupos, de distanciamento do governo. Mas que aderem com aplausos ao projeto (sério) de destruição do que ainda representa o Estado social no Brasil. Apoiam as tentativas de liquidar com a previdência social, com o SUS, com a Universidade Pública. Não é difícil perceber o papel de Geni que a ala de kaftas e hambúrgueres desempenha. Menos visível é a desidratação que opera na resistência ao desmonte da esfera pública.

O ministro da Educação exerce, com alguma dificuldade, a função de elo entre o folclórico e o sério. Tenta incompatibilizar professores dos diferentes segmentos do processo educacional, com quem separa tipos de chocolates. Avilta a docência universitária com a cantilena falaciosa de superfaturamento salarial. Tudo folclore,

IMAGEM DA SEMANA

DE NORTE A SUL: PROFESSORES, ESTUDANTES E TÉCNICOS REAGEM AOS ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARO ÀS UNIVERSIDADES.

A comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba iniciou o processo de discussão do projeto Future-se, no dia 22. Uma assembleia realizada no campus I, em João Pessoa, ficou lotada por estudantes, professores e técnico-administrativos. A reitora Margareth Diniz, que convocou a reunião, apresentou o programa e já antecipou que vai se posicionar contra as mudanças.

De acordo com a assessoria de imprensa da UFPB, a convocação de assembleias é prevista no estatuto da instituição para tratar de temas de interesse geral da comunidade universitária,

REPRODUÇÃO DA CAPA DO NÚMERO ANTERIOR DO JORNAL DA ADFURJ

1. Organização social O programa será executado por contratos de gestão com Organizações Sociais, que vão gerir os recursos de empreendedorismo e pesquisa.

2. Patrimônio Os imóveis de propriedade das universidades participantes poderão ser destinados à integralização de cotas no fundo que vai financiar o programa.

3. Hospital Universitário Na minuta do projeto de lei, os hospitais universitários poderão aceitar convênios de planos privados de assistência à saúde.

contudo. Sério mesmo é o seu projeto de "futuro" para as universidades públicas. Cheio de artimanhas capazes de seduzir jovens parlamentares, colunistas da grande imprensa e tantos mais.

Por isso temos que redobrar a atenção. Nossa posição não pode se apresentar apenas como grito de inconformidade. É fundamental refletir com rigor sobre as formulações contidas no "Future-se". É indispensável discutir a fundo e elaborar argumentos sólidos para rebater e combater o processo de destruição da universidade pública que está em curso. É imprescindível procurar parlamentares de todos os partidos e alertar para as consequências que tal processo encerra.

OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO



SBPC: OBSERVATÓRIO CONTRA OS CORTES

Durante a reunião da SBPC, em Campo Grande (MS), a professora Ligia Bahia e o professor Felipe Rosa, diretores da AdUFRJ e integrantes do Observatório do Conhecimento, mostraram os efeitos dos cortes e do projeto Future-se no cotidiano das universidades.

AGENDA

31/07
14H

HÁ FUTURO NO FUTURE-SE? CICLO DE DEBATES

Debate com o pró-reitor Eduardo Raupp
Local: CT, Bloco A, Sala 327

01/08
13H30

ASSEMBLEIA GERAL DA ADFURJ

Pauta: Future-se e Greve Geral da Educação
Locais: Fundão, PV e Macaé

13/08

GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO

FUTURE-SE, FUTURE-SE & DESEDUQUE-SE

Projeto do governo ameaça autonomia universitária

> Modelo de gestão e imprecisões no Future-se são criticados em manifestações institucionais das universidades federais. Procuradoria da UFRJ também produziu documento sobre o programa

ANA BEATRIZ MAGNO E KELVIN MELO
comunica@adufurj.org.br

Documentos de 32 universidades e institutos federais de seis estados recomendam cautela com o programa do governo para reformar as universidades, o Future-se. A Procuradoria-Geral da UFRJ e um grupo de trabalho sobre Educação Superior da Câmara dos Deputados também se manifestaram sobre o projeto. Riscos à autonomia universitária, falta de clareza em vários pontos do Future-se e incerteza quanto ao presente são preocupações comuns a quase todos os textos, reunidos em levantamento exclusivo da AdUFRJ.

Os gestores solicitam que a comunidade acadêmica estude com atenção a proposta do MEC antes de qualquer decisão. A adesão ao Future-se é voluntária. O MEC colocou parte do projeto em consulta pública até 15 de agosto. Até sexta-feira, 23, mais de 14 mil pessoas haviam se cadastrado para participar da enquête.

O primeiro problema é esse. Para a Procuradoria-Geral da UFRJ, é "inviável qualquer deliberação por aderir ou não aderir", por enquanto. A universidade só poderá resolver sobre a possibilidade de adesão quando a proposta se tornar lei e "esteja clara e objetivamente compreensível". Não há prazo para a votação do projeto de

lei, que promove mudanças em outras 17 leis, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

As três universidades federais e o instituto federal do estado de São Paulo divulgaram que "a decisão de adesão deverá ser objeto de avaliação de seus conselhos superiores, exigindo amplo debate com a comunidade acadêmica". O documento cobra "prazo condizente com a complexidade do tema".

O tempo curto para contribuições e a falta de precisão do Future-se são atacados pela Universidade Federal de Pelotas: "O MEC propõe um período de consulta originalmente de apenas três semanas, depois aumentado para quatro semanas, que coincide com o período de férias letivas na maioria das Universidades", diz um trecho. "As informações apresentadas são superficiais e absolutamente insuficientes para a completa compreensão de temas tão densos como os abordados na proposta", completa.

A preocupação com a autonomia universitária é recorrente em todas as manifestações institucionais. As universidades do Rio de Janeiro criticam o modelo de gestão por contratos firmados com organizações sociais e a supervisão do programa por um comitê gestor indefinido: "A proposta tem aspecto de uma carta branca para que um órgão externo às IFES, composto por membros ainda desconhecidos, e sem necessidade de licitação pública, intervenha não somente na gestão, mas nas políticas

“

As informações apresentadas são superficiais e absolutamente insuficientes para a completa compreensão de temas tão densos como os abordados na proposta"

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

acadêmicas do ensino superior, o que pode configurar um atentado ao princípio constitucional da autonomia das IFES".

E O PRESENTE?

Enquanto traça diretrizes imprecisas para o futuro das universidades federais, o governo parece esquecer que o cotidiano das instituições é de dificuldades orçamentárias. "Lembramos que algumas instituições já estão enfrentando enormes problemas para dar andamento ao segundo semestre letivo. Assim, falar do futuro é difícil diante do presente ainda incerto", diz manifestação do Fórum das Instituições Públicas de Minas Gerais, que reúne a UFMG, a Federal de Juiz de Fora e mais 17 universidades e institutos. "Es-

pera-se que o orçamento aprovado para 2019 seja rapidamente liberado em sua integralidade e que o de 2020 contemple adequadamente as necessidades de nossas instituições", completa o documento mineiro.

A análise assinada por um grupo de trabalho da Câmara, assinado pelo ex-reitor da UFF, Roberto Salles, e pela ex-reitora da UFMG, Ana Lúcia Gazzola, também critica a falta de alternativa para a situação presente dos campi. "O MEC não apresenta respostas às necessidades imediatas de manutenção do funcionamento das instituições", reforça o texto do GT já remetido para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

INVASÃO

Para além dos documentos, os reitores têm demonstrado muita insatisfação com o Future-se, em entrevistas ou debates. O reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rui Vicente Oppermann, considera que o programa invade praticamente todas as esferas de competência que hoje são dos reitores, afrontando diretamente a autonomia universitária. "Se as OS (Organizações Sociais) assumirem a gestão administrativa, de pessoal, de patrimônio, de currículo e pesquisa, o que é que os reitores vão fazer mesmo?", questionou.

Se fosse caso de adesão imediata, o reitor da Federal do Ceará, Henry Campos, afirma que não iria aderir por falta de clareza da proposta.

A Universidade de Brasília (UnB) criou um grupo de trabalho multidisciplinar para avaliar o Future-se. "A proposta do MEC tem diversos impactos no que diz respeito ao financiamento, à gestão, inclusive do nosso patrimônio imobiliário, e a normativas relacionadas às atividades das universidades. Por isso é importante que todos estejamos muito bem informados", disse a reitora Márcia Abrahão.

CONSULTA PÚBLICA

O projeto de lei sobre o Future-se será encaminhado ao Congresso, mesmo que o resultado da consulta pública seja totalmente desfavorável à iniciativa. A assessoria do Ministério da Educação informou que as contribuições enviadas por internautas serão sistematizadas com "ferramentas de inteligência de dados", sem entrar em detalhes, e "analisadas quanto à pertinência para o Future-se".

Eventuais divergências, segundo a assessoria, "serão analisadas e, caso sejam pertinentes ao objetivo e escopo do programa, poderão ser acatadas". Se houver total desacordo com a proposta, o Future-se não será parado. A resposta foi: "A consulta pública é para que a participação popular ajude a aprimorar o programa. Após as contribuições, o projeto será encaminhado ao Congresso Nacional que vai realizar alterações cabíveis". Os aparatos legais da proposta, segundo o MEC, serão um Projeto de Lei e um Decreto do Poder Executivo.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DEBATE PROJETO DO MEC NO DIA 8

A UFRJ vai discutir o Future-se em uma sessão especial do Conselho Universitário marcada para 8 de agosto. A informação foi divulgada pela reitora, professora Denise Pires de Carvalho, durante o Consuni do dia 25. A ideia é apresentar uma manifestação sobre o programa junto das demais instituições federais de ensino do Rio de Janeiro até 15 de agosto, data-limite estipulada pelo MEC para contribuições. "Faremos um posicionamento conjunto e pactuado", anunciou Denise. Os contratos de gestão firmados entre universidades e as organizações sociais representam a maior preocupação. Denise apontou a divergência entre o

encontro dos dirigentes das federais com o MEC, dia 16, e o lançamento oficial do Future-se, no dia seguinte. "Assim que chegamos, solicitamos esclarecimentos e fomos informados de que (a OS) se restringiria a atividade como limpeza e segurança. Mas, no segundo dia, nos deparamos com a possibilidade (de gestão) para nossas atividades fins, de ensino, pesquisa e extensão", relatou. Alguns conselheiros já criticaram a proposta do governo. "Li o documento e não vi uma referência às palavras conhecimento, cultura ou arte", criticou o professor Flávio Dickstein (representante dos Titulares do CCMN). "A palavra pesquisa aparece várias vezes, mas de maneira apeque-

nada, como ciência aplicada para resolver problemas pessoais de um pequeno grupo de pessoas", completou. A falta de diálogo não passou despercebida. "O governo apresenta uma proposta sem ter convocado os institutos federais e as universidades para discutir", sublinhou Cristina Miranda, diretora do Colégio de Aplicação. A docente do Cap também questionou "a substituição da autonomia universitária por um conceito de autonomia financeira". E avaliou que a proposta de flexibilização da Dedicção Exclusiva "representa uma ruptura que modifica profundamente a carreira docente". **(Elisa Monteiro)**

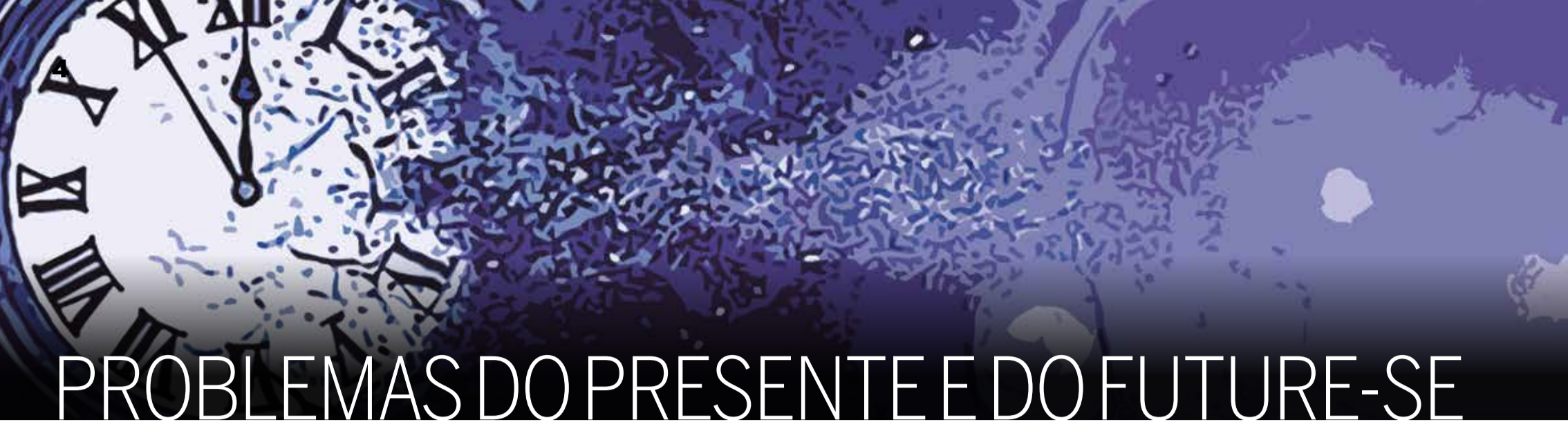


CONSUNI ESPECIAL Parecer da Procuradoria vai subsidiar o debate

MAURÍCIO MELO - ASCOM/ADUFRJ



FERNANDO SOUZA



PROBLEMAS DO PRESENTE E DO FUTURE-SE

CONFIRA TRECHOS DOS DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELAS UNIVERSIDADES, PROCURADORIA JURÍDICA DA UFRJ E GRUPO DE TRABALHO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE OS PRINCIPAIS PONTOS DO FUTURE-SE. LEIA A ÍNTEGRA DE CADA DOCUMENTAÇÃO NO SITE E FACEBOOK DA ADUFRJ

1. ORÇAMENTO ATUAL	2. ADESÃO	3. FUNDOS DE INVESTIMENTO	4. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
<p>UFMG - CEFET/MG - UEMG - UFJF - UFPA - UFOP - UFSJ - UFTM -- UFU – UFV - UFVJM - UNIFAL - UNIFEI – UNIMONTES – IFMG – IFNMG – IFSudesteMG – IFTM - IFSuldeMinas</p> <p>“O Programa é lançado num momento de grande dificuldade das instituições com relação ao orçamento de 2019, tendo em vista o contingenciamento dos recursos discricionários. Lembramos que algumas instituições já estão enfrentando enormes problemas para dar andamento ao segundo semestre letivo. Assim, falar do futuro é difícil diante do presente ainda incerto. Espera-se que o orçamento aprovado para 2019 seja rapidamente liberado em sua integralidade e que o de 2020 contemple adequadamente as necessidades de nossas instituições”.</p>	<p>PROCURADORIA-GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO</p> <p>“O texto do anteprojeto indica que será por meio de adesão, o que significa que o Ministério da Educação apresentará uma proposta fechada, sem condições de discussão ou customização para o respectivo aceite por parte da Universidade...Sem que a proposta advinda do programa, quando se tornar lei, esteja clara e objetivamente compreensível, apresenta-se inviável qualquer deliberação por aderir ou não aderir... Quando o programa se tornar lei, isto é, depois de aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, a Universidade terá de promover uma ampla discussão interna visando a identificar as vantagens e desvantagens do programa”.</p>	<p>UFMG - CEFET/MG - UEMG - UFJF - UFPA - UFOP - UFSJ - UFTM -- UFU – UFV - UFVJM - UNIFAL - UNIFEI – UNIMONTES – IFMG – IFNMG – IFSudesteMG – IFTM - IFSuldeMina</p> <p>“Para a autonomia financeira das IFES, a minuta prevê certas possibilidades no que diz respeito à arrecadação e utilização de recursos próprios, ações já existentes em nossas instituições, indicando, assim, em tese, um caminho para flexibilização do limite de gastos previsto na Emenda Constitucional 95. Quanto às fontes financeiras para a formação dos Fundos, será necessário avaliar com cuidado, ponderando sobre possíveis impactos da formação desses Fundos sobre o financiamento público da educação superior brasileira, notadamente quanto aos riscos de renúncia ou abstenção referentes às ações de financiamento por parte do Poder Público.”</p>	<p>Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ, UFRRJ, UFF, UniRio, IFET, CEFET, IFF</p> <p>“O Projeto de Lei contém divergências ou é omissivo sobre o papel das Organizações Sociais e do Comitê Gestor no “apoio” aos eixos do Future-se, a saber: 1) gestão, governança e empreendedorismo, 2) pesquisa e inovação e 3) internacionalização. Em momento algum, detalham-se quem serão os membros e como esses grupos seriam incorporados à atual estrutura administrativa das IFES... A proposta tem aspecto de uma carta branca para que um órgão externo às IFES, composto por membros ainda desconhecidos, e sem necessidade de licitação pública intervenha não somente na gestão, mas nas políticas acadêmicas do ensino superior, o que pode configurar um atentado ao princípio constitucional da autonomia das IFES.”</p>
5. PRAZO	6. INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	7. AUTONOMIA	8. EMPREENDEDORISMO
<p>UFABC - UFSCAR - UNIFESP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo</p> <p>“De acordo com estatutos e regimentos das IFES e IFS, a decisão de adesão deverá ser objeto de avaliação de seus Conselhos Superiores, exigindo amplo debate com a comunidade acadêmica. Por isso, é fundamental que haja um prazo condizente com a complexidade do tema, incluindo os documentos complementares necessários previstos em Consulta Pública (parecer jurídico, parecer de mérito e demais pareceres correlatos)”</p> <p>“ Reiteramos nosso compromisso em defesa das instituições de ensino superior públicas, autônomas, gratuitas, de excelência e inclusivas, e também com as metas do Plano Nacional de Educação.</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA</p> <p>“As instituições federais de ensino superior já desenvolvem atividades relativas a essas áreas. São as universidades públicas as principais responsáveis pela pesquisa, pelo desenvolvimento e pela inovação presentes no País em todas as áreas do conhecimento. A quase totalidade dos projetos inovadores nascem a partir de iniciativas das IFES e de seus pesquisadores, com intensas parcerias, seja com o setor público ou com o setor privado. Em termos de internacionalização, as IFES mantêm, há muito tempo, convênios, acordos e parcerias com instituições do mundo todo, promovendo mobilidade de docentes, técnicos e estudantes, com transferência de conhecimento e troca de experiências enriquecedoras.”</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</p> <p>“A autonomia universitária corresponde a um poder de decisão que envolve o poder de estabelecer seu regramento, o poder de decidir e de gerir suas finanças e seu patrimônio, o que em diversos artigos do proposto Projeto de Lei do Programa Future-se entende-se como reduzido, desconfigurado e até mesmo suprimido. Por exemplo, o compromisso de “adotar as diretrizes de governança dispostas nesta Lei, inclusive ao Sistema de Governança a ser indicado pelo Ministério da Educação.” Com base na redação do Projeto de Lei o poder de decidir da IFES com relação aos aspectos mais variados se vê consideravelmente reduzido. O Governo Federal e, mais especificamente o MEC, passaria a concentrar, a partir desse Programa, uma parcela considerável das decisões hoje adotadas por cada uma das IFES.”</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA</p> <p>“Cada vez mais iniciativas associadas a ações empreendedoras são estimuladas em todas as áreas do conhecimento por meio do apoio institucional a empresas júniores, a startups, a equipes de competição e a eventos acadêmicos.”</p> <p>“Nesse sentido, o “Future-se” não traz elementos diversos daqueles já presentes no cotidiano de nossas instituições. Faz-se necessário avaliar com cautela e profundidade, por meio de comissão específica e representativa da comunidade universitária, as proposições que digam respeito à criação de organizações sociais e fundos, bem como os impactos de tal cenário sobre o financiamento público da educação brasileira.”</p>

FUTURE-SE, FATURE-SE & DESEDUQUE-SE

Fundações de apoio articulam participação no Future-se

>Como princípio, representantes não aceitam interferência na autonomia universitária

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Hoje excluídas do Future-se, as fundações de apoio às universidades e institutos científicos se mobilizam para integrar o programa. Mas só aceitarão participar da iniciativa do MEC como estruturas que promovem pesquisa e da inovação e desde que não haja interferência na autonomia universitária.

Segundo o projeto de lei do MEC, a operacionalização do programa seria feita por con-

tratos de gestão firmados pela União e pela universidade com uma organização social. “Nós não temos simpatia pelos contratos de gestão das organizações sociais, pois tendem a violar o princípio da autonomia”, afirmou Fernando Peregrino, presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies). “Se eu alterar o status para organização social, vou ter que assinar o termo deles. Se o con-

trato de gestão for para suplantear a autonomia universitária, não faz sentido participar”, disse Peregrino, que é diretor-executivo da Coppetec. A fundação da UFRJ sediou uma reunião extraordinária do Confies, no último dia 24. Peregrino disse ter recebido uma ligação do Secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima, e uma reunião com o representante do MEC deve ser agendada para o próximo dia 5, em Brasília. O dirigente da Coppetec não acredita que o Future-se vai permanecer ignorando o papel das fundações de apoio. “Tenho 5 mil funcionários das fundações espalhados pelo país. Este pessoal sabe trabalhar com gestão de projetos. Nós

temos uma tradição de 25 anos fazendo isso. Onde eles vão encontrar pessoas para fazer isso?”, questionou. “Não tem sentido jogar fora uma experiência bem-sucedida”. Atualmente, 96 fundações de apoio gerenciam 22 mil projetos em todo o país. A maior delas é a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), de Minas Gerais. Diretor da Fundep, Ramon Dias de Azevedo reforçou a preocupação com a autonomia universitária no atual desenho do Future-se: “Na medida que você traz um ente externo, como a OS, que não tem qualquer tipo de vinculação com a universidade e terceiriza para este ente a execução de atividades estratégicas, está quebrando a

autonomia universitária”. Ramon, por enquanto, não rejeita o Future-se. “ A princípio, não somos contra o projeto. Nossa intenção é propositiva”, disse. “Temos um histórico de relacionamento com os órgãos reguladores, de construção de legislações. Queremos colocar esta experiência na mesa como forma de contribuição”, completou. O dirigente resalta alguns pontos positivos do programa, como a desburocratização de alguns procedimentos ligados à pesquisa. “Que sejam resolvidos os entraves burocráticos, mas deixem as fundações participarem”.

SEM RESPOSTA
O MEC não respondeu aos questionamentos da reportagem sobre a exclusão das fundações de apoio do projeto de lei do Future-se. Não foi explicado em que condições estas estruturas poderiam ser transformadas em organizações sociais nem como ficaria a situação dos milhares de projetos hoje gerenciados pelas fundações, se o PL for aprovado como está.

GOVERNO QUER PLANOS PRIVADOS NOS HOSPITAIS

FERNANDO SOUZA

“Os hospitais universitários poderão aceitar convênios de planos privados de assistência à saúde”. O trecho faz parte da minuta de projeto de lei do programa Future-se, plano do governo Bolsonaro para as universidades e institutos federais. O texto altera a Lei nº 12.550, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). A princípio, a medida não afetaria a UFRJ, que não é vinculada à empresa pública. No entanto, a reitora Denise Pires explica que não é bem assim: “Se a universidade aderir ao Future-se teremos uma situação mais radical, que são as Organizações Sociais”, diz. “As OS significam uma transferência direta de recursos públicos para iniciativa privada. A Ebserh é uma empresa pública”. A reitora afirma que não vê “nas unidades de saúde da UFRJ o desejo de se abrir para atendi-

mento via convênios”. Mas, ressalta que a captação de recursos privados “é válida quando revertida para melhorias do ambiente público”. A história de atendimento aos planos de saúde nos hospitais universitários, em geral, e no Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), em particular, não é exatamente uma novidade, frisa a reitora. “Isso está na origem do HU, toda a ala F era de convênios”, exemplifica. “Ao longo do tempo, é que caminhamos no sentido 100% SUS” completa. Especialista em planos de saúde, a vice-presidente da Adufrrj, Lígia Bahia lembra que a experiência entre os HUs e convênios particulares, na década de 1990, deixou a desejar em termos de contrapartida. “Muitos diretores esperavam captar recursos para realizar melhorias nos hospitais, o que acabou não acontecendo”, diz. O motivo foi o baixo



retorno oferecido pelos planos. “Os hospitais universitários são de alta complexidade e de alto custo. Mas os planos remuneraram os serviços como se fossem hospitais de terceira linha”. Atual coordenador do Complexo Hospitalar da UFRJ, Leôncio Feitosa disse que as unidades de

saúde não receberam qualquer convite ou notificações do MEC sobre o tema. Acrescentou ainda que “Todas prestam serviços hoje exclusivamente pelo SUS e não dispõem de condições para atender além da rede pública”. A direção do Clementino Fraga Filho preferiu não se manifestar.

Consultadas sobre o assunto, a Secretaria de Educação Superior (SESU) e a EBSEH não responderam até o fechamento da edição. Por telefone, a assessoria da Ebserh expressou desconhecimento sobre a proposta de alteração da legislação proposta pelo MEC. (Elisa Monteiro)

ATAQUE DO GOVERNO AO INPE IRRITA CIENTISTAS

Contra fatos, não há argumentos. Menos para Bolsonaro e seus seguidores. O presidente abriu mais uma frente de combate com a comunidade científica ao contestar dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais sobre o desmatamento da Amazônia. Segundo o Inpe, a região perdeu 920,4 Km2 em junho, um aumento de 88% em comparação com o mesmo mês, no ano passado. Em café da manhã com jornalistas estrangeiros no dia 19, Bolsonaro disse que os números são mentirosos. E que o Inpe estaria “a serviço de alguma ONG”. Diante da repercussão negativa, ainda tentou controlar a informação, dizendo que os dados deveriam passar, primeiro, pelo ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes. O titular do MCTI, em vez de defender a Ciência, aumentou o papelão do governo: endossou o chefe ao dizer que estranhava a variação percentual da série

histórica divulgada pelo Inpe. E criticou o diretor da instituição, o engenheiro Ricardo Galvão, por dar entrevista questionando o presidente Bolsonaro. A provocação com um dos maiores institutos de pesquisa do país não ficou sem resposta da comunidade científica. O professor Luiz Pinguelli Rosa, Emérito da Coppe, cobrou o governo a apresentar dados divergentes. Em nota, afirmou que “na ciência, dados científicos são refutados com dados científicos e não com acusações infundadas e baseadas em achismos”. Também se solidarizou com o diretor da unidade, o professor Galvão. Quem também manifestou apoio ao diretor do Inpe foi o professor emérito da UFRJ Luiz Bevilacqua: “O professor Galvão tem a nossa solidariedade e profunda admiração pela coragem na defesa não apenas do INPE mas de todos nós que nos dedicamos ao avanço da ciência no Brasil”, disse, em sua conta no Facebook. Representantes da Academia Brasileira de Ciências, da Associação Nacional dos reitores das federais (Andifes) e outras entidades também subscreveram uma carta de protesto endereçada a Bolsonaro sobre o tema.

Comunidade científica defende Inpe. Respeite a ciência, capitão Bolsonaro

Ao Senhor Jair Messias Bolsonaro
O INPE é o maior Instituto de Pesquisas do Brasil. Foi criado em 1961 com a missão de produzir informações e tecnologias robustas nas áreas espacial e do ambiente terrestre, bem como disponibilizar produtos e serviços para o Brasil, subsidiar suas políticas públicas e dar suporte à comunidade científica. Seu corpo de pesquisadores é de altíssimo nível e por isso participa dos principais fóruns mundiais nas suas especialidades. Sua infraestrutura é invejável e representa o estado-da-arte nas áreas relacionadas à sua missão. A partir de 1988, desenvolveu excelentes métodos e procedimentos para monitorar o desmatamento no bioma Amazônico, e alcançou credibilidade internacional invejável. A excelência do seu trabalho é reconhecida por outros governos, em especial Estados Uni-

dos e França. Esse trabalho é exemplo mundial de competência, sendo reconhecido como referência por organismos internacionais como a FAO, WMO, etc, e está sendo estendido para o monitoramento de todos os biomas brasileiros. É um sistema de monitoramento único, validado com inúmeros experimentos em campo ao longo das últimas décadas. Os sistemas de monitoramento diários de desmatamento e de detecção de queimadas refletem o estado-da-arte mundial neste tema. Utilizam sensores em satélites de última geração, calibrados radiometricamente. As aplicações dos produtos do INPE também foram publicadas em centenas de artigos científicos, e incontáveis trabalhos de dissertações e teses dentro e fora do Brasil. Esses dados também são utilizados na construção de políticas públicas no Brasil,

como os Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia e no Cerrado, ambos em operação até 2020. É fundamental que esses produtos, de importância estratégica para a implementação de políticas públicas no Brasil, sejam desenvolvidos e monitorados por órgãos confiáveis e isentos de influências ou interferências em seus resultados. Acompanhar o estado da arte no desenvolvimento científico e tecnológico requer um corpo técnico de alta capacidade, além de continuidade no aporte de recursos financeiros necessários para a sustentabilidade de um projeto desta magnitude. A afirmação de que os dados do INPE não são suficientes para identificar desmatamentos pequenos não procede. O INPE produz, desde 2010, mapas complementares aos

dados do PRODES, com polígonos de desmatamento com áreas menores que 6 hectares. Adicionalmente, mantém, desde 2016, um sistema de alerta diário (DETER-B) com desmatamentos identificados acima de 1 hectare, para dar suporte a ações de fiscalização por parte dos órgãos ambientais federais e estaduais. A qualidade de seus dados é constantemente monitorada, resultando em um índice superior a 95% de precisão, e a política de transparência adotada pelo INPE permite acesso irrestrito a todas as informações geradas pelos sistemas de monitoramento, possibilitando avaliações independentes pela comunidade usuária e acadêmica. A questão fundamental, portanto, não está na produção de dados confiáveis sobre a geografia do desmatamento, mas sim na necessidade de órgãos do governo

de manter um sistema de fiscalização ágil, intenso e contínuo. A Amazônia e seu monitoramento ambiental são estratégicos para o Brasil. Não se trata apenas da manutenção da floresta como um sistema essencial para regular o processo de mudanças climáticas, de interesse internacional, mas também da preservação da riquíssima biodiversidade e da sobrevivência da agricultura brasileira em todo o país, em particular no centro-oeste e sudeste, cujos regimes de chuva dependem fundamentalmente da existência da Floresta Amazônica e sua exploração sustentável. Para que esse objetivo seja alcançado, é essencial apoiar o monitoramento independente feito pelo INPE e uma atuação firme e decidida dos órgãos de controle utilizando seus dados.

<p>LUIZ DAVIDOVICH Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC)</p>
<p>REINALDO CENTODUCATTE Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)</p>
<p>FERNANDO PEREGRINO Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES)</p>
<p>EVALDO VILELA Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP)</p>
<p>JERÔNIMO RODRIGUES DA SILVA Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF)</p>
<p>ANDRÉ GOMYDE PORTO Presidente da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas</p>
<p>ILDEU DE CASTRO MOREIRA, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)</p>

FUTURE-SE, FATURE-SE & DESEDUQUE-SE

Programa do MEC flexibiliza revalidação de diplomas

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrrj.org.br

Flexibilizar a revalidação de títulos e diplomas estrangeiros é uma das promessas do Future-se. A minuta de Projeto de Lei do MEC propõe que instituições de ensino privadas participem do processo nas graduações. Hoje, de exclusividade das universidades públicas. Ela também amplia o reconhecimento de pós-graduação stricto sensu, tornando-o automático em casos de instituições estrangeiras de “alto desempenho”, “reconhecidas internacionalmente”, sem dizer quais são os critérios para esta classificação.

As mudanças estão inseridas no eixo “internacionalização” do projeto do ministério. E são apresentadas como uma desburocratização. Mas, na avaliação da reitora da UFRJ, professora Denise Pires Carvalho, o risco é a perda de qualidade. “As universidades privadas apresentam uma estrutura mais limitada. Em geral, elas trabalham com professores horistas”, destaca. “As análises de diplomas seriam feitas por que tipo de corpo técnico?”, questiona.

Para Denise Freire, pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, “é necessário ter clareza quanto à definição do que são ‘universidades estrangeiras de alto desempenho’”. “Existe uma linha difusa que separa as universidades nos seus mais variados graus de excelência”, argumenta.

Na UFRJ, os processos de revalidação ou reconhecimento

de diplomas têm uma trajetória considerável. Ela começa nas decanias, passa por avaliação de bancas formadas nas unidades, é apreciada em Congregação antes de chegar à divisão de diplomas. Segundo o responsável pelo setor, Jean Lourenço, em casos de instituições estrangeiras que têm acordos com a UFRJ, o processo pode ser mais ágil, mas obrigatoriamente segue o mesmo percurso.

Em 2018, foram realizadas 162 revalidações, 379 reconhecimentos de mestrado, oito reconhecimentos de mestrado profissional e 133 reconhecimentos de doutorado. Até o dia 23, foram 98 revalidações, 181

reconhecimentos de mestrado, um de mestrado profissional e 59 de doutorado este ano. O curso de Medicina teve duas revalidações em 2018 e 19 até o dia 24 de julho de 2019.

Segundo a PR-2, em termos quantitativos, a proposta para mudança no reconhecimento de diplomas de mestrado e de doutorado estrangeiros não tem impacto significativo na UFRJ. “Normalmente os processos provenientes de universidades estrangeiras de excelência são em menor quantidade e possuem uma tramitação que flui sem percalços que se justifica pela boa qualidade dos trabalhos, na maioria dos casos”, explica a pró-reitora de Pesquisa.

MEDICINA

O curso de Medicina tem uma situação especial em função

dos milhares de médicos brasileiros que buscam formação no exterior. Desde 2011, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é responsável de aplicação da prova conhecida como Revalida. A UFRJ aderiu ao sistema. Uma das propostas do Future-se é permitir convênios com as particulares para oferta da complementação de disciplinas aos que se formaram fora e buscam reconhecimento aos praticados pelas universidades federais para assegurar a qualidade do processo. Também foram solicitados esclarecimentos sobre os critérios para classificação de “alto desempenho” e “reconhecidas internacionalmente”, no caso dos diplomas de pós-graduação stricto sensu. Até o fechamento da edição não houve retorno.

Para a reitora da UFRJ, o padrão de exigência deve ser preservado. “Em todo mundo, há exigências rigorosas para o exercício da Medicina quando a formação é estrangeira. Com todos os títulos que tenho, para exercer a profissão em outro país teria que cumprir algo semelhante ao nosso interna-

to”, afirma a reitora. “Se há um número significativo de solicitações que não são aprovadas pelo Revalida, isso é significativo da responsabilidade desse processo”.

O OUTRO LADO

A Adufrrj enviou ao Ministério da Educação perguntas sobre o que motivou a proposta de abertura das revalidações para as particulares e como pretende garantir protocolos similares aos praticados pelas universidades federais para assegurar a qualidade do processo. Também foram solicitados esclarecimentos sobre os critérios para classificação de “alto desempenho” e “reconhecidas internacionalmente”, no caso dos diplomas de pós-graduação stricto sensu. Até o fechamento da edição não houve retorno.

De férias, ministro esnoba Andifes

> Sindicato nacional de docentes quer que entidade representativa de reitores se posicione contra Future-se

DA REDAÇÃO
comunica@adufrrj.org.br

No momento em que toda a comunidade acadêmica está mobilizada para discutir o projeto do Future-se, o ministro da Educação dispensou um debate com os reitores das federais sob a justificativa de estar de férias. O secretário da Educação Superior, Arnaldo Lima, também não compareceu, pois estaria cumprindo outra agenda. O MEC foi convidado a parti-

cipar da última reunião da Andifes, dia 25, no Espírito Santo, mas nenhum representante do governo compareceu.

O clima entre os reitores e o governo está tenso. Na quarta-feira, 17, mesmo dia do lançamento oficial do Future-se, a direção da Andifes fez uma coletiva de imprensa lamentando a forma como o ministério apresentou o projeto sem consultar os reitores e ponderou sobre os riscos de o Future-se ameaçar a autonomia universitária e o

caráter público e gratuito das instituições federais. “A Andifes está preocupada com essa proposta. É preciso verificar todas as situações. A Andifes não vai forçar nem obrigar os gestores das universidades a participar do projeto. A Andifes vai procurar criar consensos para mostrar os sentidos da proposta, as implicações da proposta”, afirmou João Carlos Salles, vice-presidente da entidade e reitor da Universidade Federal da Bahia. O presidente da Andifes, professor Reinaldo Centoducatte, afirmou que cada instituição tem autonomia para decidir.

O posicionamento da Andifes não agradou os sindicatos nacionais de professores e técni-

cos das universidades. Andes e Fasubra querem que a associação rejeite o projeto e cobram uma posição unificada e crítica da entidade que representa os dirigentes das universidades federais.

“Não há o que ser negociado nesse projeto. Ele tem que ser barrado no seu conjunto, pois destrói o sentido público e altera a forma de gestão da universidade”, diz a secretária-geral do Andes, professora Eblin Farage.

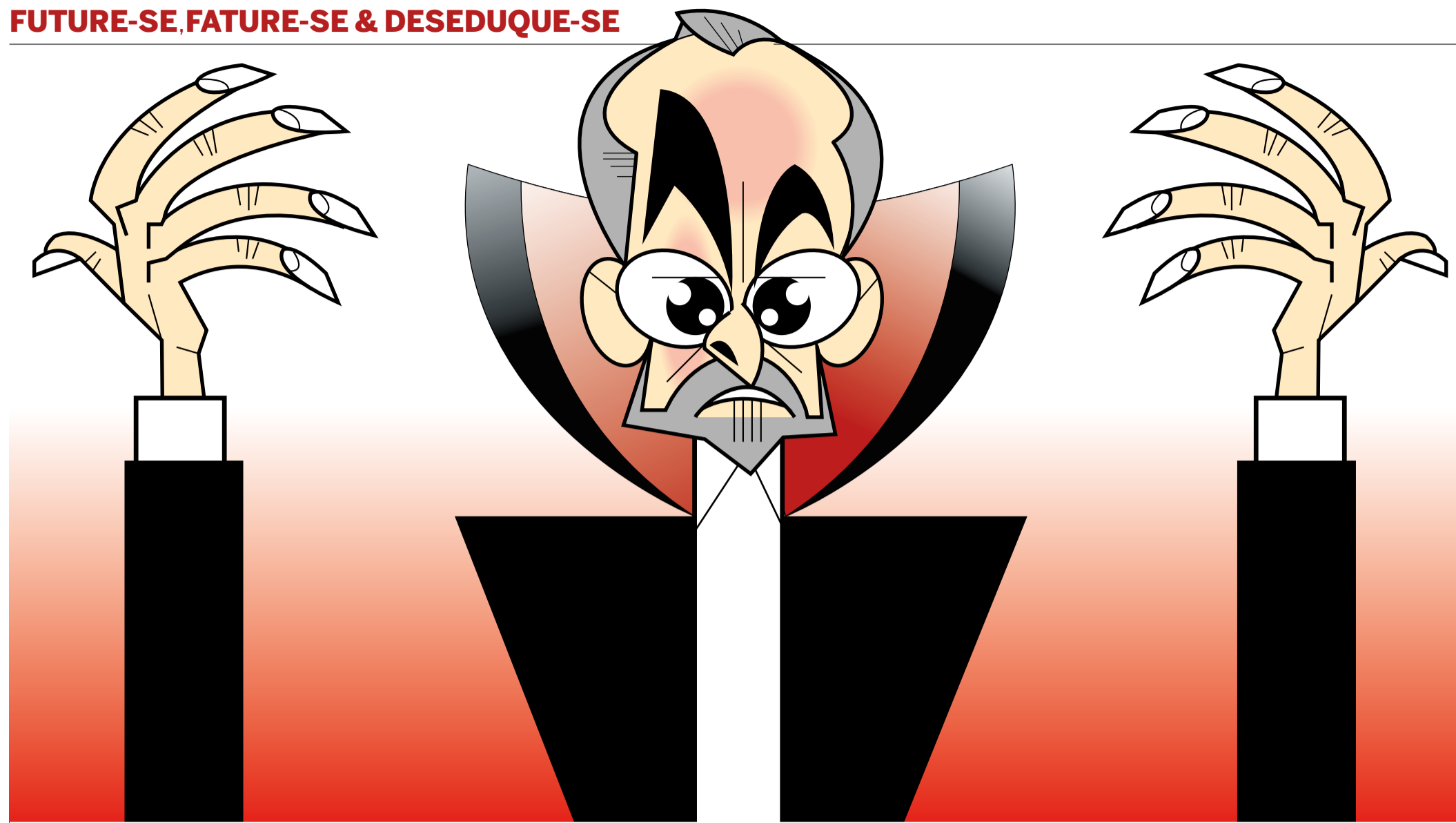
“O Future-se ataca a autonomia, em especial no que se refere à produção do conhecimento, que ficará subordinada aos interesses dos investidores”, analisa Farage.

Nos últimos dias, assembleias das seções sindicais ocorrem em

tudo o país para deliberar sobre a paralisação nacional do dia 13 de agosto, em defesa da Educação. O programa Future-se está sendo pautado nos encontros. “Nós teremos também nesse final de semana, nos dias 27 e 28, a reunião conjunta dos setores das Federais, Estaduais e Municipais do Andes, que vai debater, entre outros, mais esse ataque do governo”, disse Jacqueline Lima, 2ª secretária do Sindicato Nacional.

Na Universidade Federal de Santa Maria, em assembleia geral realizada no dia 18, foi aprovado indicativo de greve por tempo indeterminado contra o desmonte da universidade pública. **(com informações do Andes)**

FUTURE-SE, FATURE-SE & DESEDUQUE-SE



Despreparo e destempero no comando do MEC

> Ministro Abraham Weintraub, que deveria proteger a Educação e os professores, faz o papel inverso ao atacar a carreira do magistério federal e mostrar que não sabe lidar com manifestações

JULIA NOIA
julia@adufrrj.org.br

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, mostra, em entrevistas e aparições públicas, que não está preparado para ocupar um dos cargos mais importantes do país. Em menos de dez dias, o titular do MEC criticou a carreira dos professores federais, propôs a contratação para o magistério federal por CLT e não conseguiu lidar com um pequeno protesto.

Na semana passada, Weintraub atacou os professores universitários durante entrevista à rádio Jovem Pan. Ao comparar a carga horária e o salário de docentes do ensino superior e da educação básica, o ministro disse que professores municipais e estaduais trabalham 40 horas semanais e ganham, em média, R\$ 2 mil, enquanto os docentes de magistério federal ganham entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil “só para fazer pesquisa e dar aula”, com oito horas de atividades em sala.

A declaração do ministro foi bastante criticada pela comunidade acadêmica. “A vida do professor é devotada à universidade. Trabalhamos na sala de aula, no laboratório, em casa,

lendo teses, escrevendo artigos, dando cursos de extensão, dando palestras”, afirmou Tatiana Sampaio, diretora da Adufrrj e professora do Instituto de Ciências Biomédicas. “Começa a correr de novo a ideia, agora pelo governo, de que professores universitários são privilegiados e vagabundos”, ironizou Marcio Tavares D’Amaral, professor da Escola de Comunicação da UFRJ. Angela Santi, professora da Faculdade de Educação, lembrou que Weintraub pertence ao quadro docente da Unifesp. “Como professor universitário, o ministro também sabe que essas afirmações são totalmente mentirosas”, completou.

Verônica Calado, professora da Escola de Química da UFRJ, foi além: decidiu colocar todas as atividades desempenhadas na ponta do lápis. Em um ano ou 8.760 horas, 1.925 horas são dedicadas ao ensino, 1.040 horas para pesquisa, 52 horas para extensão e 520 horas para atividades administrativas.

DESTEMPERO

Na noite de segunda, 22, Weintraub foi abordado por ativistas em Santarém, no Pará, que entregaram ao ministro um prato de kafta, comida árabe. A ação fez referência a uma audiência na Câmara dos Deputados, quando o ministro errou o sobrenome do escritor alemão Franz Kafka. Durante o protesto, o titular do



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

MEC foi confrontado por um indígena, que afirmou não ter sido recebido pelo governo em Brasília ao “lutar pela própria terra”. Em resposta, Weintraub disparou: “Não é porque você está com um cocar que é mais brasileiro que eu, seu safado”.

CLT

Na terça (23), o representante do MEC disse que Organizações Sociais (OS) vão poder contratar

professores universitários pelo regime celetista. A medida faria parte do Future-se, projeto de captação de recursos da iniciativa privada para as universidades apresentado semana passada pelo ministério.

Para Maria Lúcia Werneck Vianna, presidente da Adufrrj, o anúncio do ministro representa um retrocesso para as universidades. “Uma das grandes conquistas do serviço público foi a

introdução do concurso. Não tendo isso, é a desclassificação do serviço público”, enfatizou.

A diretoria do Andes observou que a proposta de professores universitários via CLT não é nova. “Nosso posicionamento sempre foi contrário, e vamos continuar fazendo a luta contra essa forma de contratação”, afirmou Jacqueline Lima, 2ª secretária do Sindicato Nacional dos docentes.

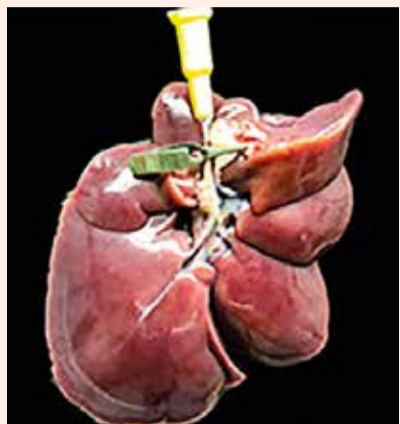
Pesquisa cria fígado sob medida para transplantes

> Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF) estuda técnica de bioengenharia inovadora para “personalizar” o órgão. Objetivo é evitar a rejeição pelo organismo dos pacientes

Matéria publicada originalmente no Boletim Faperj

DÉBORA MOTTA

Uma técnica inovadora de bioengenharia pode aliviar a agonia de quem fez um transplante de fígado e corre risco de rejeição do novo órgão. Pesquisadores da UFRJ estão desenvolvendo um método que abre caminhos para “personalizar” o fígado. Essa é a ideia central da pesquisa coordenada pela professora Regina Goldenberg, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF). O objetivo do trabalho é evitar a rejeição do organismo. O percentual de rejeição é elevado. Entre 40% a 70% de pacientes transplantados apresentam rejeição ao novo fígado. “Isso apesar da terapia imunossupressora. Por isso, pensamos em caminhos para desenvolver um fígado bioartificial, com técnicas modernas de bioengenharia, que evitaria casos de rejeição do organismo”, resume Regina. “O objetivo é aproveitar órgãos que já seriam descartados, por não cumprirem determinadas exigências médicas para serem utilizados em outros pacientes, e personalizá-los antes do transplante”. Isso aconteceria a partir da aplicação de células-tronco do paciente, com capacidade de se diferenciar e passar a desempenhar as funções hepáticas. Eles seriam aplicadas no arcabouço de um fígado previamente descelularizado. As células-tronco são produzidas a partir dos eritroblastos, que são células sanguíneas coletadas em um simples exame de sangue. O estudo está em fase laboratorial e, futuramente, deve chegar à etapa de testes clínicos, ou seja, em humanos. Os pesquisadores trabalham com o arcabouço do fígado a ser implantado. Trata-se da matriz extracelular do órgão – como se ela fosse a



O FÍGADO DE UM RATO (acima), que teve as suas células retiradas (abaixo.), resultando em um arcabouço acelular, com os vasos preservados, para a posterior aplicação de células-tronco em testes realizados no laboratório do IBCCF/UFRJ



estrutura de um prédio vazio, a ser completada com as células obtidas do sangue do próprio paciente. Os eritroblastos, apesar de serem células adultas retiradas do sangue do paciente, quando estimulados com determinados genes, assumem o papel de células-tronco de pluripotência induzida. Isso significa que passam a ter a capacidade de se diferenciar em qualquer tecido. “Induzimos a diferenciação em hepatócitos para serem colocadas no arcabouço acelular do fígado, onde se tornam capazes de se adaptar e assumir as funções das células desse órgão”, detalhou a pesquisadora.

A capacidade de uma célula adulta não-embriônica ser reprogramada e agir como uma célula-tronco (pluripotente), podendo se diferenciar em células de outros órgãos e desempenhar outras funções, foi observada pela primeira vez pelo pesquisador japonês Shinya Yamanaka, vencedor do Prêmio Nobel de



FOTOS: DIVULGAÇÃO

EXCELÊNCIA

Na fileira da frente, a partir da eqs., Regina Goldenberg, Marlon Lemos, Cintia Paz e Lanuza Faccioli, junto de parte da equipe do IBCCF/UFRJ

Medicina em 2012. “Foi a partir da descoberta de Yamanaka que decidimos criar essa linha de pesquisa no nosso laboratório. Ele descobriu que uma célula da pele, o fibroblasto, pode ser induzida a ir para o estágio pluripotente, quando ela pode assumir características de qualquer outra célula. Saber que células maduras podem se tornar pluripotentes foi um divisor de águas para pesquisadores do mundo todo”, lembrou Regina.

Regina coordena testes para



Fazemos uma ciência de ponta e, nesse momento de redução do orçamento para a pesquisa, é importante mostrar à população a relevância do nosso trabalho.

REGINA GOLDENBERG

Professora do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho

transformar os eritroblastos coletados do sangue em células pluripotentes denominadas de Hepatocitos-like, por se asse-

melharem aos hepatócitos (as células do fígado). “Nos nossos testes, trabalhamos a partir de eritroblastos coletados em uma simples amostra de 4ml de sangue. Em três meses, em média, essas células sanguíneas são induzidas a se diferenciar e se tornam pluripotentes. Em mais 28 dias, desenvolvemos células semelhantes aos hepatócitos (Hepatocito like). Elas não são idênticas aos hepatócitos, mas assumem funções que só eles desempenham, como a síntese de albumina, que é a principal proteína do sangue, e a função de detoxicação do nosso corpo”, contou Regina. “Ainda falta bastante para partirmos para testes em pessoas, mas estamos em um caminho realmente inovador para a Medicina”.

PRÊMIOS

Depois de quase uma década de dedicação ao tema, Regina vem colhendo os frutos. Seu aluno de mestrado em Ciências Biológicas - Biofísica, Marlon Lemos Dias, sob sua orientação acadêmica, propõe uma técnica cirúrgica para implantar em ratos esse fígado bioartificial com técnicas de bioengenharia. Juntos, eles desenvolveram o trabalho intitulado “O uso de um arcabouço hepático recelularizado em um modelo de transplante heterotópico em ratos”, que foi o tema da disser-

tação de mestrado defendida por Marlon em 8 de julho deste ano. Regina e sua equipe desenvolvem seus estudos com recursos repassados pela FAPERJ, por meio do programa Cientista do Nosso Estado e do edital Apoio a Pesquisa para o SUS, além de receber apoio do CNPq e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Medicina Regenerativa (INCT-Regenera).

Participaram do estudo como coautores Cintia Paz, Lanuza Faccioli e Alexandre Cerqueira. O trabalho foi agraciado com o *Merit Award* pela *International Society for Stem Cell Research* (ISSCR). Também recebeu, da mesma associação, o prêmio de *Travel Award*. “Fazemos uma ciência de ponta e, nesse momento de redução do orçamento para a pesquisa, é importante mostrar à população a relevância do nosso trabalho”, explica. Ela acredita essa linha de pesquisa vai influenciar a formulação de políticas para a saúde pública, podendo reduzir as listas de espera pelo transplante de um órgão. “O estudo também poderá ajudar a indústria farmacêutica a testar a eficácia de novos medicamentos nos hepatócitos modificados dos próprios pacientes de forma personalizada, antes mesmo da realização do transplante”, destacou Regina. **(com edição da Adufrj)**

ELEIÇÕES PARA A AdUFRJ

PROFESSORES E PROFESSORAS,

Está chegando a eleição para a diretoria da AdUFRJ e para o Conselho de Representantes. Um sindicato forte e participativo é essencial para enfrentarmos os ataques à universidade pública, gratuita e de qualidade. **PARTICIPE. A ADUFRJ É SUA!**



AdUFRJ

JORNAL DA ADUFRJ / REDAÇÃO: COORDENAÇÃO: ANA BEATRIZ MAGNO CHEFIA DE REPORTAGEM: KELVIN MELO EDIÇÃO ANA PAULA GRABOIS, KELVIN MELO E SILVANA SÁ REPORTAGEM ANA PAULA GRABOIS, ELISA MONTEIRO, KELVIN MELO E SILVANA SÁ DESIGN ANDRÉ HIPPERTT ESTAGIÁRIAS GIULIA VENTURA E JULIA NOIA TI EDUARDO VALDOSKI DIRETOR RESPONSÁVEL PELA COMUNICAÇÃO FELIPE ROSA